

UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE PIONEIRISMO E GÊNERO NO SUDOESTE DO PARANÁ

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.15231>

Submetido em: 1/10/2023

Aceito em: 31/10/2024

Publicado em: 20/3/2025

Jozieli Cardenal¹
Hieda Maria Pagliosa Corona²
Josiane Carine Wedig³

RESUMO

Este artigo mobiliza a perspectiva decolonial para demonstrar de que forma a colonialidade revela-se na violência epistêmica e na racialização presentes na ideia social de “pioneirismo”. Para tanto, apresenta como temática de estudo o povoamento de Pato Branco, cidade situada no Sudoeste do Paraná (Brasil), como resultado de práticas de branqueamento sustentadas pela Marcha para o Oeste e pela criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), projetos desenvolvimentistas promovidos pelo Estado Novo na década de 40 do século 20. A partir disso, propõe-se verificar como a diversidade compõe o tecido histórico-social diante de discursos baseados no modelo de pensamento do sistema-mundo moderno-colonial. Para tanto, o percurso metodológico aqui proposto traz a história oral e a etnografia documental para investigar lugares e vozes de mulheres diante do patriarcado e da racialização presentes em narrativas sociais.

Palavras-chave: colonialidade; gênero; racialização; pioneirismo; história oral; etnografia documental.

A DECOLONIAL VIEW AT PIONEERISM AND GENDER IN THE SUDOESTE OF PARANÁ

ABSTRACT

This article mobilizes the decolonial perspective to demonstrate how coloniality reveals itself in the epistemic violence and racialization present in the social idea of “pioneerism”. To do so, it presents as a theme of study the settlement of Pato Branco, a city located in the Sudoeste of Paraná (Brazil), as a result of whitening practices sustained by the “Marcha para o Oeste” and the creation of the “Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango)”, developmental projects promoted by the Estado Novo in the 1940s. From this, we propose to verify how diversity composes the historical-social fabric in the face of discourses based on the thought model of the modern-colonial world-system. To this end, the methodological approach proposed here brings oral history and documental ethnography to investigate places and women’s voices in the face of patriarchy and racialization present in social narratives.

Keywords: coloniality; gender; racialization; pioneerism; oral history; documental ethnography.

¹ Centro Universitário de Pato Branco (Unidep). Pato Branco/PR, Brasil. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Pato Branco/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4385-4375>

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Pato Branco/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1790-5423>

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Pato Branco/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com a história da região Sudoeste do Paraná, há dois projetos governamentais de colonização que se relacionam a práticas coloniais, promovidos na década de 40 do século 20, pelo então presidente Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo: a Marcha para o Oeste e a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – Cango (Martins, 1986; Wachowicz, 1987, 2016). Dois movimentos políticos responsáveis pela ocupação territorial da região Sudoeste, sustentados por um discurso nacionalista e desenvolvimentista, voltado ao branqueamento da população.

A Marcha para o Oeste, por sua vez, “reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional” (Priori *et al.*, 2012, p. 65), legitimando, no imaginário social, a figura idealizada do desbravador como personagem histórico, responsável pelo desenvolvimento preconizado pelo Estado: o migrante descendente de europeus, homem e branco.

Observa-se, assim, aspectos de um desenvolvimento reducionista baseado na exploração/ dominação de corpos, saberes e territórios, em que coletivos negros, caboclos e indígenas são reconhecidos somente como mão de obra para a expansão territorial colonial preconizada pelo homem branco. Há, portanto, sujeitos invisibilizados enquanto primeiros habitantes do Sudoeste do Paraná, não categorizados como *colonizadores/posseiros* – título atribuído ao imigrante europeu ou migrante sulista que, por sua vez, são reconhecidos como os *conquistadores/desbravadores*, os legítimos *pioneiros* colonizadores da região.

A crítica proposta por este estudo transita pela relação entre capitalismo e modernidade, dualidade denominada por Aníbal Quijano (2005) como *capitalismo colonial/moderno e eurocentrado*. Tal perspectiva é fundamentada na obra de Enrique Dussel (2005), pois o autor reivindica que a modernidade se inicia com o chamado descobrimento da América em 1492, no século 15, e não no século 17, como muitas obras clássicas, das Ciências Sociais, definem. Tal mudança de percepção histórica é importante para este artigo, que parte da noção de *sistema-mundo moderno* elucidada por Immanuel Wallerstein (2006). Além disso, esse modelo epistêmico de ser e estar no mundo, concebido a partir do universalismo colonial, europeu e capitalista, também consolidou um modo de vida patriarcal (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016), que se revela em colonialidades locais, a exemplo do Sudoeste do Paraná.

É importante também acrescentar que a descolonização não ocorreu em sua totalidade com as independências econômico-políticas dos países colonizados e ainda segue operante nos territórios. A partir dessa perspectiva, a categoria de sistema-mundo moderno assume outra variante, ainda mais alinhada com o posicionamento decolonial. Passa a ser denominada como *sistema-mundo moderno-colonial* (Quijano, 2005), e também capitalista, eurocêntrico, patriarcal, ocidental e cristão (Grosfoguel, 2016). Isso nos permite refletir sobre o lugar das mulheres em contextos de migração e pioneirismos. Para isso, nos sustentamos também nas percepções apresentadas por María Lugones (2008), que propõe o conceito de *sistema moderno-colonial de gênero* ou *colonialidade de gênero*.

Dessa forma, este artigo questiona o imaginário social local diante da ideia de “pioneirismo”⁴ e reconhece, a partir da perspectiva decolonial, entrecruzamentos de raça e gênero

⁴ A utilização de aspas no decorrer deste texto ora indica citações diretas, ora refere-se, de forma crítica, a termos aqui destacados pelo discurso colonial, reverberados de forma indevida pela colonialidade. Este artigo, portanto, não corrobora as terminologias pioneiro(s) e pioneirismo e está, justamente, tensionando o seu sentido no imaginário social local.

presentes no tecido histórico-social da cidade de Pato Branco (PR) a partir da trajetória de imigrantes europeus e migrantes sulistas, além de negros/negras, indígenas e caboclos/caboclas que habitaram e habitam esse território. Diante dessa problemática, questiona-se: Como a violência epistêmica e a racialização, na condição de práticas da colonialidade, manifestam-se no pioneirismo? Sendo assim, objetiva-se demonstrar de que forma violências de gênero e raça, como projetos do sistema-mundo moderno-colonial, revelam-se no povoamento de Pato Branco a partir dos projetos nacionais desenvolvidos pelo Estado brasileiro na década de 40.

Para cumprir esse propósito a revisão bibliográfica aqui presente oportuniza o diálogo entre autoras(es) anticoloniais, decoloniais e pesquisadoras(es) que versam sobre questões ligadas a projetos desenvolvimentistas baseados no branqueamento da população paranaense. Aborda também as consequências da Marcha para o Oeste e a criação da Cangaço – que se caracterizam pelo movimento migratório que alterou o tecido social do Sudoeste do Paraná, atraindo famílias para a região, instituindo uma nova dinâmica territorial e epistêmica. Para mobilizar tais questões, também evocam-se nuances investigativas e metodológicas da etnografia documental e da história oral.

Nesse sentido, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira é intitulada “Práticas coloniais de branqueamento na Marcha para o Oeste e na criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cangaço)”. A segunda tem como título “A desumanização e a violência epistêmica na invisibilização de seres”. As duas seções seguintes que apresentam resultados preliminares de investigações metodológicas aqui mobilizadas, são nomeadas como: “Mulheres pioneiras no entrecruzamento de gênero e racialização: sentidos da história e da memória oral” e “Etnografia documental: o ‘desenvolvimento’ enquanto dominação do homem branco”.

Que a leitura das próximas páginas promova mais inquietações do que certezas absolutas e oportunize o reconhecimento de seres subjugados pelo apagamento histórico, bem como suas resistências e contribuições para constituição do tecido social local.

PRÁTICAS COLONIAIS DE BRANQUEAMENTO NA MARCHA PARA O OESTE E NA CRIAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO (CANGAÇO)

O Brasil do século 19 vivenciou um novo processo de colonização decorrente da imigração europeia fomentada pelo Estado, com cidadãos europeus destinados a trabalharem em lavouras de café e na indústria nascente. Parte dessa população migra para o Sul do Brasil, especialmente para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – cenário que recebe um migrante empobrecido, vindo principalmente da Alemanha. Ao final do mesmo século, a crise agrícola europeia impulsiona a imigração de italianos a países da América Latina (Saquet, 2007). No Brasil, essa mão de obra articulou-se em três principais movimentos: a) nas pequenas colônias situadas principalmente em territórios da Região Sul (Santos, 2008), com políticas públicas e terras cedidas pelo governo; b) nas lavouras de café no Norte do Paraná e São Paulo, por meio do regime de colonato; c) e na indústria paulista, em que os imigrantes atuaram como operários. Nesse viés, a ideia de *ser colono* também refere-se ao sujeito que possui relação direta com “família e roça”, pois ocupa uma “colônia” e trabalha nela (Corona, 1999); logo, tal condição está associada à agricultura familiar e camponesa.

A formação administrativa de Pato Branco, cidade situada no Sudoeste do Paraná, iniciou-se a partir de 1918, com a criação da Colônia de Bom Retiro, que resultou da nova abrangência dos Estados do Paraná e Santa Catarina definida em 1916, com o fim da Guerra do Contestado (Wachowicz, 1987, 2016). O primeiro morador migrante, todavia, destacado em livro, a registrar residência no território foi Felisbello José Antônio, que o fez em 1903 – tinha descendência portuguesa e migrou de Passo Fundo, Rio Grande do Sul (Voltolini, 2005). Na década de 40 o projeto da Cango atraiu famílias com a oferta de terra em troca de mão de obra agrícola. Com isso, iniciou-se um movimento migratório intenso ao Sudoeste do Paraná, evidenciado especialmente por populações oriundas do Rio Grande do Sul (Wachowicz, 1987, 2016), o que teve impactos importantes em Pato Branco.

De acordo com Iria Zanoni Gomes (1986), até a década 40 o Sudoeste recebia a migração de populações vindas da região dos campos gerais e de refugiados do Contestado, além de ter em seu território caboclos e indígenas. A partir da Marcha para o Oeste e da criação da Cango, portanto, houve uma “mudança radical na composição social e no perfil demográfico da região” (Koling, 2018), dando início à invisibilização dos caboclos e dos indígenas, pois:

Os povos indígenas foram confinados mais ainda em reservas e muitos dos caboclos existentes, os primeiros posseiros, venderam o direito de posse aos *novos colonos* e cidadãos, saindo em busca de outras terras (Koling, 2018, p. 145, grifo nosso).

Essas famílias designadas como novos colonos tinham ascendência italiana e alemã, assim como ucranianos e poloneses (Iurckevicz, 2018). Aqui, portanto, eis mais uma reflexão que acompanha os questionamentos mobilizados neste artigo: Quem são os colonos, os desbravadores e os pioneiros na história oficial⁵?

A colonização legitimada e reconhecida pelo cânone do pensamento hegemônico e moderno foi a realizada pelo migrante descendente de europeus. Afinal, no entanto, por que o Estado recebeu esses sujeitos que foram “dispensados” e desterritorializados (Saquet, 2007) de seus países de origem? Ora, estamos falando de um período histórico em que as políticas de branqueamento constituíram os projetos de nação preconizados pelo governo, associadas ao discurso do progresso técnico como resultado do trabalho e da mão de obra qualificada. Assim, esses imigrantes acessaram o direito à terra – e, no caso do migrante sulista da região Sudoeste do Paraná, enquanto a Cango foi colônia, estes “recebiam a propriedade agrícola de graça” (Wachowicz, 1987, p. 146), o que ocorreu em detrimento daqueles que já estavam aqui: indígenas, caboclos e descendentes de africanos; estes que não foram reconhecidos como sujeitos, destituídos de seus corpos e territórios, o que Frantz Fanon (2005) denominou como os *condenados da terra*.

Segundo Hieda Maria Pagliosa Corona (1999), embora a ocupação do Sudoeste do Paraná pelas populações indígena e cabocla tenha ocorrido antes de 1940, esses sujeitos foram excluídos do projeto desenvolvimentista da época, uma vez que suas práticas agrícolas eram autossuficientes e não contemplavam a exploração territorial imposta pelo modelo do Estado

⁵ Embora tenham povoado a localidade primeiro, os caboclos estão mais próximos da ocupação dos colonos em termos de temporalidade. No caso dos povos indígenas Kaingang e Guarani, essa ocupação da região Sudoeste do Paraná é ainda mais antiga, e também não está relacionada ao projeto desenvolvimentista do Estado, pois é milenar – cuja presença indígena configura-se enquanto imemorial: estimam-se 3 mil anos para os Kaingangs e 2,5 mil anos para os Guaranis (Piaia, 2021).

moderno, dificultando o uso da terra para atividades econômicas convergentes com esses interesses do capital. Tal dinâmica também é revelada em outros contextos brasileiros, pois:

O processo de ocupação do território brasileiro é marcado pela presença do campesinato, que assume várias denominações regionais em função da herança cultural e das relações que estabeleceram com a sociedade envolvente. Deste modo, os caboclos, bugres e caipiras do Sul e Sudeste e o agregado, morador ou sertanejo do Nordeste, compõem um formato social da agricultura brasileira com características muito similares: *a pobreza, a produção de subsistência e o isolamento* (Corona, 1999, p. 67, grifo nosso).

É preciso reconhecer que esse discurso social de exclusão e isolamento de povos e culturas que iriam na contramão do “progresso” já estava presente no tecido social paranaense no século 19 e pode ser identificado no movimento denominado Paranismo, que durante a República Velha buscava fomentar a identidade regional no Paraná, estimulando o sentimento de pertencimento na população. Foi nesse contexto que o Movimento Paranaense também influenciou, na transição entre os séculos 19 e 20, o incentivo à imigração europeia, uma vez que dois terços do território paranaense ainda estavam supostamente “desocupados” (Pereira, 1997). Tal período histórico, porém, foi guiado pela visão de um desenvolvimento regional baseado na modernidade, com ênfase no povoamento territorial embranquecido – que, como veremos a partir da perspectiva decolonial, possui relação direta com o padrão de poder que hierarquiza seres, saberes e explora territórios por meio da racialização do trabalho.

Dessa forma, o Paranismo já denotava um discurso de discriminação racial, pois evidenciava o branqueamento como característica preconizada no Paraná (Pereira, 1997). Afinal, conforme lembra Rita Segato (2015), a mestiçagem no Brasil, como prática colonial do Estado, é sinônimo de branqueamento e não de enegrecimento, o que desemboca na história da escravidão e nos debates culminados pelos movimentos abolicionistas no final do século 19, permitindo reflexões sobre a presença negra (invisibilizada) no território brasileiro – bem como a sua negação.

A abordagem racista foi sustentada pela perspectiva científica positivista que acompanhou o incentivo à imigração europeia ao Paraná no século 19, conforme aponta Roberto Lamb (1998). O autor lembra, ainda, que a inferiorização racial do negro também foi legitimada por posturas que defendiam a continuidade da escravidão, uma vez que tais discursos racistas e deterministas fundamentaram a tese do branqueamento, em que a miscigenação das raças, consideradas inferiores pela ideologia racial, com brancos europeus, “era o meio indicado para uma purificação étnica” (Lamb, 1998, p. 59).

Quijano (2005) evidencia que a dominação colonial possui raça/etnia, gênero e nacionalidade, centrada no homem, branco e europeu. A imposição desse padrão de poder estabeleceu uma classificação social/racial/étnica que produziu outras identidades históricas: “amarelos e azeitonados (ou oliváceos) [...] brancos, índios, negros e mestiços” (Quijano, 2005, p. 119). A branquitude, como prática colonial, resultou na inferiorização de *outros* seres e saberes, manifestando-se ainda na exploração de territórios por meio do capitalismo moderno como poder colonial, bem como da divisão racializada do trabalho. A ideia de raça é, portanto, uma invenção colonial, que produz relações de dominação (Quijano, 2005). Os colonizadores definem-se como brancos e superiores:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da *ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus*. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de *superioridade/inferioridade* entre dominantes e dominados (Quijano, 2005, p. 118, grifo nosso).

Para Quijano (2005, p. 118), o racismo configura-se como sendo o “mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal”. A partir dele, outro mecanismo hegemônico de dominação colonial é reproduzido: o intersexual ou de gênero – em que há um processo distinto de subalternização para as mulheres brancas e não brancas (Lugones, 2008). Assim, traços fenotípicos também subalternizam as mulheres colonizadas, caboclas, indígenas e negras, colocando-as em lugares e papéis convencionados por uma estrutura desigual que as vê como sujeitos inferiores; ou seja, a dominação do *poder*, do *ser* e do *saber* também perpassa por relações sexuais e de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2008).

Quem civiliza, coloniza e, portanto, impõe suas práticas e modos de vida, é reconhecido como o *pioneiro*, o *desbravador*. Aqueles povos que foram definidos como os *outros*, seguem invisibilizados, subjugados e silenciados pela lógica colonial, a mesma que classifica e inferioriza seres e saberes, atribuindo-lhes a condição de “não humanos” (Dussel, 2005, p. 25). A violência – física e epistêmica – que acompanha tal prática colonial é descrita como “inocente” (Dussel, 2005), naturalizada ao longo da história oficial do sistema-mundo. É preciso reconhecer e desnaturalizar a crueldade normativa da violência que segue operante no racismo e no sexismo institucional, estrutural e cotidiano.

É possível mobilizar a relação direta entre racialização e sexismo, identificando que tal dualismo reducionista colabora para a edificação de um privilégio de gênero, este que, por sua vez, também resulta da prática colonial que desumaniza seres e saberes. Conforme aponta Ramón Grosfoguel (2016), a hegemonia do pensamento eurocêntrico retrata um padrão social masculino, branco e ocidental, que produz e reproduz o racismo/sexismo epistêmico. Além de desqualificar a diversidade, invisibilizando conhecimentos plurais e silenciando vozes subalternizadas, tal postura representa “projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo” (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Mesmo que com vivências diferentes, tanto as mulheres de origem étnica privilegiada pelo processo de colonização, como as mulheres caboclas, indígenas e negras subalternizadas, foram invisibilizadas no processo de povoamento e, na contramão do que muitas vezes narra (ou apaga/silencia) a História oficial, participaram ativamente no desenvolvimento territorial e social; são mulheres que, embora tenham atuado/trabalhado diretamente para o desenvolvimento da localidade, seja a partir do seu lugar na dinâmica familiar ou em outras esferas sociais, seguem sendo “apagadas” em momentos de reconhecimento destinados ao protagonismo e ao pioneirismo legitimados pelo imaginário social – estes que se constituem pelas colonialidades de poder e de gênero (Lugones, 2008).

Eis, portanto, a “marginalidade” do trabalho doméstico que contribuiu para a reprodução do capital, conforme elucida Silvia Federici (2021). Enquanto um trabalho oculto desempenhado por milhões de mulheres, este vai além da lógica da limpeza de lares: “é servir à mão de obra

assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, é prepará-la para batalhar dia após dia por um salário” (Federici, 2021, p. 29). Essa mão de obra disciplinada pela normatização social é fundamental para o desenvolvimento capitalista (Federici, 2021), pois

[...] o trabalho doméstico atribuído às mulheres como destino natural se une e se reveza como trabalho de *milhões de camponesas, agricultoras de subsistência e trabalhadoras informais* que cultivam e produzem por uma ninharia as mercadorias que a mão de obra assalariada consome [...] a classe capitalista conservou seu poder por meio de um sistema de domínio indireto, dividindo a classe trabalhadora de forma eficaz, em que o salário é usado para delegar *aos trabalhadores do sexo masculino o poder* sobre as pessoas não assalariadas, a começar pelo *controle e a supervisão do corpo e do trabalho das mulheres* (Federici, 2021, p. 101-102, grifo nosso).

Considera-se, ainda, o pensamento de fronteira (Anzaldúa, 1987; Martins, 1996; Mignolo, 2013) como lugar da alteridade. É isto o que faz da fronteira uma realidade singular e plural. À primeira vista, é o lugar do encontro daqueles que, por diferentes razões, são distintos entre si: homens e mulheres; europeus e caboclos; indígenas e colonos; latifundiários e camponeses. O conflito, porém, faz com que a fronteira seja, a um só tempo, um lugar da descoberta desse *Outro*; do desencontro das certezas absolutas, de opressões e resistências. O lugar do pluriverso. O lugar das mulheres.

Problematizar a ideia de pioneirismo para repensar os conceitos que o geraram, inclusive os porquês de tal prática estar convencionada ao homem branco e eurocêntrico, subalternizando outros seres e saberes, leva-nos a debater as frentes de expansão da fronteira agrícola no Brasil, decorrentes de políticas de povoamento do Estado Novo que tinham como propósito ocupar espaços “vazios” do país (Nogueira, 2012) – e que também impactaram as dinâmicas e modos de existência das mulheres. Nas palavras de José de Souza Martins (1996, p. 29), “a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”.

Ao reconhecer, portanto, o movimento migratório como marco constitutivo de determinada região, como é o caso do Sudoeste paranaense, é importante interpretar o território a partir dos seus grupos e das relações que estes exercem na sociedade, na natureza, assim como suas tradições e crenças. Logo, romper padrões e discursos hegemônicos é fundamental para reconhecer os diferentes modos de vida, lutas e resistências que constituíram o território pela contribuição de indígenas, africanos, caboclos, europeus, homens e mulheres.

Arturo Escobar (2010), por sua vez, apresenta a perspectiva de lugar como território construído pelas diferenças e que, portanto, deve perder a centralidade da experiência baseada na falácia da globalização universal. Isso porque longe de ser estática, a dinâmica social deve ser reconhecida pela sua dimensão plural, constituída por relações políticas, sociais e ambientais fundamentais dos lugares (Escobar, 2010). Para a perspectiva decolonial, o pensamento de fronteira e suas territorialidades, conforme apontam Joaze Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), também revelam-se nas perspectivas, nas cosmovisões e nas experiências plurais dos subalternizados:

Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também loci enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das *perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos*. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 19, grifo nosso).

É possível reconhecer a classificação social, bem como racial e de gênero, enquanto produto da colonialidade do *poder*, do *ser* e do *saber* (Quijano, 2005; Lugones, 2008). Afinal, no breve recorte aqui mobilizado sobre a colonização/povoamento do Estado do Paraná nos séculos 19 e 20, observa-se que tais práticas, como invenções coloniais, constituíram também movimentos desenvolvimentistas preconizados durante a República Velha e o Estado Novo, guiados por discursos que associavam o progresso e a modernidade ao embranquecimento da população. Tais projetos culminaram na colonização ordenada do território do Sudoeste do Paraná e de Pato Branco, bem como na colonialidade que ainda se manifesta no imaginário popular diante da ideia convencionada de *pioneerismo*, uma vez que povos inferiorizados seguem sendo invisibilizados no protagonismo histórico da região.

A DESUMANIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA NA INVISIBILIZAÇÃO DE SERES

O colonialismo e a colonialidade estabeleceram classificações dos sujeitos. Aqueles que se autodefiniram como colonos introduziram uma nova forma de viver, uma nova linguagem e uma nova humanidade (Fanon, 2005), subalternizando outros seres e saberes. Eis algumas das dicotomias que movem o sistema colonial: *colono e colonizado*; *privilegiado e subalternizado*; *branco e negro*; *homem e mulher*. Logo, a violência (física, simbólica e epistêmica) é a prática que define a colonialidade.

Para Aimé Césaire (2020), colonizar é *coisificar* o Outro, o que resulta na desumanização do ser subjugado. Eis a relação hierárquica que perpetua violências físicas, simbólicas e epistêmicas, baseadas em classificações que definem a suposta superioridade/inferioridade racial no processo de colonização. Nesse sentido, Fanon (2005) argumenta que a descolonização é uma ideia falsa, uma falácia colonial, justamente porque ainda não ocorreu, todavia, como prática histórico-social de territórios e culturas colonizados pela Europa, consolida-se pela segregação dos povos e pelo signo da violência contínua entre colono e colonizado; este que, ao perder seus bens e o seu lugar no mundo, também perde a sua verdade (Fanon, 2005).

A partir da violência física, simbólica e epistêmica sobre seres inferiorizados no processo de dominação colonial, seus costumes, tradições e mitos são renegados, instituindo-se os epistemicídios (Santos, 2010). Isso ocorre a partir da desumanização de povos que não são vistos como homens ou mulheres mas, sim, como animais bestiais (Fanon, 2005). Tal concepção perdura por meio da “[...] violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados [...]” (Fanon, 2005, p. 32). Aqui, retomamos Césaire (2020), que também discorre sobre a brutalidade diante da destruição epistêmica de religiões, saberes e modos de vida:

Falo de milhões de homens *arrancados a seus deuses, suas terras, seus costumes, sua vida, a vida, a dança, a sabedoria*. Estou falando de milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo (p. 25, grifo nosso).

Nesse sentido, Fanon (2008) propõe uma reflexão sobre o lugar do negro em sociedades colonizadas. Esse aspecto também aparece na obra de Lélia Gonzalez (1988), que enaltece a importância dos povos negros e indígenas para a emancipação acadêmica, política e social.

Por meio da categoria de amefricanidade, a autora propõe um novo olhar sobre a formação histórico-cultural do Brasil, demonstrando que o inconsciente social, resultante do processo de colonialidade, é europeu e branco. Isso porque há, na sociedade brasileira, o que a autora chama de denegação ou neurose cultural, baseada na racialização de seres e saberes, sustentada pela falsa democracia racial. A partir disso, a autora relaciona a tríade *racismo*, *colonialismo* e *imperialismo* para evidenciar que o racismo foi constituído como ciência, legitimado por meio de práticas deterministas do racionalismo moderno e do evolucionismo positivista (Gonzalez, 1988).

Cida Bento (2022) também traz à tona a relação da branquitude com a expansão da colonização europeia, lembrando que o discurso colonial europeu alicerçou-se no tom de pele para instituir *status* e valores sociais. A autora destaca que, entre 1500 e 1800 essa mesma colonização movimentou 18 milhões de africanos escravizados pelo mundo, fomentando problemas crônicos de pobreza na África e na Ásia, enquanto a Europa enriquecia. A colonialidade, portanto, baseia-se em sociedades sustentadas pelo trabalho do homem e da mulher negra, uma vez que “um escravizado trabalhando na plantação, na colônia, chegava a ser até 130 vezes mais lucrativo” (Bento, 2022, p. 29).

Ainda para Gonzalez (1988), a colonização da América Latina naturalizou a violência etnocida. Com isso, além de oportunizar a análise interseccional de gênero, raça e classe, a autora lança um olhar crítico diante da subordinação exercida sobre negros e indígenas, uma vez que, para ela, o racismo latino-americano é colonial. Ao mobilizar reflexões sobre a categoria de raça como um produto desse modelo eurocêntrico de pensamento, evoca-se também o lugar das mulheres, como ocorre no tópico a seguir. Afinal, há um discurso colonial predominante que se configura como patriarcal e, sobretudo, racializado.

MULHERES PIONEIRAS NO ENTRECruzAMENTO DE GÊNERO E RACIALIZAÇÃO: SENTIDOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA ORAL

A historiografia hegemônica é centrada na lógica patriarcal, sexista e racializada. Tal condição ainda persiste e, sobretudo, revela que a sociedade precisa descolonizar-se do sistema-mundo moderno e colonial. Segato (2015) define o patriarcado como um sistema da modernidade colonial, em que a saída política e epistêmica seria a *decolonialidade do poder*. Nessa ruptura está o enfraquecimento de práticas que impõem normativas que distanciam homens e mulheres; esse sistema binário, instituído por uma narrativa supostamente universal, edificada em um mundo que obedece à organização ocidental e moderna.

Lugones (2008) e Segato (2015) apontam a existência do *patriarcado colonial* moderno e da *colonialidade de gênero*, chamando a atenção para estudos feministas que seguem na contramão dos modelos ocidentais baseados no pensamento europeu, e voltam-se para a realidade de mulheres negras, afro-americanas e indígenas. Isso porque cânone binário – que classifica *homens* e *mulheres* pela lente colonial – também resulta da racialização, uma vez que foi concebido pelos mesmos termos impostos que decretaram a superioridade dos povos brancos no processo de colonização (Segato, 2015).

As autoras também nos ajudam a problematizar a ideia reducionista e cristalizada de pioneiro (no singular) que questionamos neste artigo. Elas evocam um olhar movente e plural para a percepção cultural que categoriza os seres em identidades hegemônicas e que os invis-

biliza na condição de sujeitos plurais e atuantes na História. No caso de Segato (2015), a autora propõe a utilização da expressão “um povo” e não “uma cultura”, para demonstrar que os seres em coletividade compartilham e constroem a história e a historiografia, mas isso não significa que sejam atores de uma mesma cultura, estável ou fixa.

Quando nos referimos à colonização do Sudoeste paranaense, estamos falando de mulheres que migraram na condição de filhas e esposas, e que viveram em um período em que era comum ter muitas(os) filhas(os). Assim, podemos vê-las como alicerce de reprodução para um sistema colonial de gênero que também revelou-se no trabalho ligado ao campesinato e ao comércio, junto com seus maridos, além de atuarem como mão de obra para o desenvolvimento ligado à expansão pioneira.

Para apresentarmos algumas dessas vivências e identificá-las no processo de apagamento histórico, evocamos aqui a potência enunciativa da história oral, que se revela na memória oral mobilizada no presente, esta que opera como um “instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano” (Bosi, 2003, p. 15). É nesse sentido que esse método pode contribuir para que aquelas(es) que estão à margem da sociedade sejam ouvidas(os), dentro de seus termos, condições e saberes, bem como, reconhecidas(os) como sujeitos do seu tempo histórico. Assim, Ecléa Bosi (2003) reforça que a história oficial não dá conta de revelar as individualidades das memórias vivas, especialmente quando:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da *população excluídas da história ensinada na escola*, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (Bosi, 2003, p. 15, grifo nosso).

É possível identificar a relação da afirmação de Bosi (2003) com a perspectiva decolonial, uma vez que a autora alerta que embora estejamos mobilizando histórias individuais, “há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (Bosi, 2003, p. 17-18). Assim, é importante reconhecer que a memória coletiva, quando revela-se na percepção individual do sujeito, compreende o interior de uma classe, cuja difusão é traduzida em imagens, sentimentos, ideias e valores – e, portanto, também podem reproduzir traços sociais da colonialidade em sua dicotomia de dominação e poder. Observar essas estabilidades ou descontinuidades discursivas presentes ou ausentes nos relatos de mulheres migrantes-pioneiras é uma proposta deste artigo.

Participante deste estudo, a Entrevistada 1, branca, descendente de europeus, chegou à região Sudoeste do Paraná ainda criança, em 1952, e reproduz o discurso colonial hierarquizado, que institui e legitima os lugares privilegiados e subalternizados de diferentes sujeitos na história oficial. Para ela, o ato de desbravar e, portanto, de colonizar, está ligado à noção de “progresso”:

Meu tio, que *veio primeiro, era desbravador*. Esse meu tio dizia que aqui haveria um progresso muito grande, então meu pai veio empolgado, comprou um terreno que, graças às bênçãos de Deus, viria a ser bem no centro da cidade. Foi um progresso que foi além do que imaginávamos (Entrevistada 1, grifo nosso).

As nuances do desbravador presentes no imaginário social local, bem como nas narrativas reproduzidas por mulheres migrantes-pioneiras, também revelam-se no trecho a seguir, compartilhado pela Entrevistada 2:

Meu pai colocou na carroça um machado, um serrote, uma foice, uma panela de ferro, poucas coisas para poder continuar vivendo, e um burro com cargueiro, carregado de mantimentos, farinha, arroz e uma lata de banha. Assim, eles pegaram o rumo para o Paraná, passaram Palmas, Clevelândia, até chegarem perto de Itapejara d'Oeste, onde se instalaram no meio de um mato (Entrevistada 2).

Outra participante deste estudo, branca, mudou-se com a família para Pato Branco, então Villa Nova, em 1946. Descendentes de italianos, vindos do Rio Grande do Sul, foram atraídos pelas oportunidades existentes no Sudoeste do Paraná. Aqui, ela traz outra categoria importante para este estudo: a racialização ainda presente, mas não reconhecida, na ideia de pioneirismo social:

Sim, minha família é reconhecida como pioneira. Pioneiro é como a gente chega aqui, é pouca gente, porque aqui, quando chegamos, era meia dúzia de casas; e meu pai construiu, quando chegamos aqui, era tudo potreiro de cavalos e porcos [...]. Meu pai dizia que tínhamos que vender os pedaços de terra, se não a cidade não ia crescer, pois cada um que vinha pegava um pedaço enorme de terra. Quando chegávamos aqui, *comprávamos as terras dos caboclos* (Entrevistada 3, grifo nosso).

A Entrevistada 4 menciona a relação dos migrantes descendentes de ucranianos com os caboclos que já habitavam o território de Pato Branco, pois, quando sua família migrou, em meados da década de 30, seus pais “trocarão pedaços de terra com os brasileiros [caboclos] por ternos e roupas. Em Prudentópolis já era mais moderno, tinha *roupas e tecidos diferentes, aqui era mais mato e pobreza*” (Entrevistada 4, grifo nosso).

Apesar dos projetos desenvolvimentistas decorrentes de políticas nacionais, desencadeados na década de 40, houve uma frente de expansão territorial no Sudoeste paranaense anterior a este ciclo ordenado pelo Estado, caracterizada por “um processo mais livre de ocupação, sem a preocupação com a propriedade da terra, centrada na ocupação, efetivada pelos índios e caboclos [...]” (Santos, 2008, p. 37-38). Ou seja, “são os caboclos e os indígenas os primeiros habitantes do Sudoeste do Paraná”, conforme ressalta Roseli Santos (2008, p. 39). Há lugar, porém, para esses seres e seus saberes na história e no cânone do pioneirismo e na memória local?

A Entrevistada 3 conta que, além da família, seu pai trouxe mais duas pessoas do Rio Grande do Sul para ajudar no trabalho no campo: “*um negro e outro com a cor parda*”. Ela também recorda de um morador negro da localidade, que benzia e cuidava da população, uma vez que Pato Branco ainda não possuía médicos:

Era um senhor negro, chamado Rei, que dava remédios de folhas. Às vezes acontecia de morder uma aranha, minha mãe uma vez foi picada por uma aranha, meus Deus, ela ficou mal; esse senhor a curou. Ele morava num morro, pra cima da nossa casa, ainda lembro do rancho em que ele morava. Ele era muito bom, nos dava remédios, continuou na cidade até falecer de velho. Depois tivemos um médico na vila, o doutor Silvio Vidal (Entrevistada 3).

Outra entrevistada também relata a relação de cuidado que as famílias caboclas exerciam com os migrantes colonos: “*a maioria das benzedadeiras eram caboclas*. Tinha a dona Anastácia, que benzia quando destroncávamos um osso e também benzia de vermes. Eu levava os meus filhos em benzedadeiras e acreditava que ocorreria algo de bom” (Entrevistada 2, grifo nosso). Ainda sobre as famílias caboclas que residiam na localidade quando sua família chegou, em 1946, a Entrevistada 3 cita que:

Essas famílias de caboclos *não eram muito de trabalhar*, ah, criavam galinha, porquinho, sabe? Mas não eram muito, assim, pessoas que plantavam... não, não, plantavam um milhozinho ali. Era uma cultura diferente (Entrevistada 3, grifo nosso).

A noção de trabalho aqui está ligada a uma concepção específica de acúmulo, muito presente entre os migrantes colonos. A produção para o autoconsumo não era reconhecida como trabalho legítimo, por representar *outro* modo de viver, diferente daquele adotado pelos migrantes com descendência europeia. Tal prática denota o sistema denominado “faxinal” atribuído aos caboclos, que foi aprendido pelos novos colonos na medida em que “foi sendo substituído pelas práticas agrícolas dos colonos que migraram para a região a partir da década de 40” (Corona, 1999, p. 71).

Sobre as formas de cultivo realizadas pelos caboclos, a Entrevistada 4, por sua vez, diz que *“plantavam somente um cantinho, era uma vida tipo índio. Plantavam somente o que precisavam para comer e às vezes vendiam, quando tinha para quem vender”* (Entrevistada 4). Há também o lugar dos caboclos como mão de obra para as famílias de migrantes sulistas, conforme aponta a Entrevistada 5: *“Eles trabalhavam por dia, por safra, não tinha empregado que recebesse por mês. Eles também eram muito de cultivar a erva-mate”*.

Outro elemento dos traços da colonialidade que persiste no imaginário social, bem como na historiografia popular, revela-se na ideia falha de “espacialidade vazia”, e insurge na memória oral da Entrevistada 1: *“Quando chegamos em Pato Branco não havia quase nada, nas ruas não tinha calçamento, era só pó na época”* (grifo nosso). Nesse sentido, há a invisibilização e o apagamento gradual dos demais seres que povoavam a região, bem como de suas territorialidades, culturas, saberes e modos de existência: *“[...] quando a gente chegou aqui não tinha nada, nada, nada”* (Entrevistada 6, grifo nosso).

Se considerarmos que a problematização deste artigo também mobiliza o ato de migrar realizado por mulheres com suas famílias, é possível dialogar com Gloria Anzaldúa (2004), uma vez que a autora observa que encontrar ou criar novas formas de viver também é uma maneira de resistir. Por outro lado, a autora traz o caráter simbólico da casa/família como extensão/sustentação da cultura normatizadora, que designa às mulheres as suas funções de esposas e mães (Anzaldúa, 2004).

“Naquela época, a mulher acompanhava o marido, pois essa era a missão” (Entrevistada 2). Aqui, evoca-se a história da mãe da Entrevistada 2, migrante gaúcha que se mudou para o Paraná em meados de 1929 – território em que ela teria 12 filhos, dos quais 10 meninas. Uma geração caracterizada pelo número expressivo de filhos e pelo trabalho árduo, uma vez que além das funções domésticas as mulheres também atuavam na agricultura. *“Era direto na roça, uma criança a gente arrastava junto, deixava no cesto, e outra já estava na barriga, porque era cada ano um filho”* (Entrevistada 4).

Seja para situar o lugar da mulher migrante sulista, ou da mulher cabocla ou da mulher indígena, as diferentes formas de trabalho – na agricultura, nos lares ou nas funções assalariadas – associada à família numerosa e à quantidade expressiva de filhos, sedimentam o olhar crítico lançado por Federici (2023). Segundo a autora, as mulheres sofreram um duplo processo de mecanização, pois:

Além de serem submetidas à disciplina no trabalho, remunerado e não remunerado, nas plantações, fábricas e em seus lares, foram expropriadas de seu corpo e transformadas em objetos sexuais e máquinas reprodutoras (p. 27).

Mas por que, afinal, a cultura do pioneirismo transfere o protagonismo ao homem branco e limita a mulher à sua condição de *mãe* e *esposa*? Nesse dilema, qual é o lugar da mulher negra, cabocla ou indígena? Anzaldúa (2004, p. 77) diz que “*o mundo não é um lugar seguro para viver*”, especialmente se você for uma mulher de cor. A autora propõe uma arquitetura feminista baseada em uma cultura de fronteira – conectada a muitas realidades e criando outras possibilidades de ser e viver (Anzaldúa, 2004). A Entrevistada 5, por sua vez, aponta um outro lugar às mulheres na lógica normatizadora do pioneirismo:

Pioneiros são os que enfrentaram. Pioneirismo são pessoas corajosas, e *as mulheres sempre acompanharam, porque disseram “sim” aos maridos*, arregaçaram as mangas, que foi onde desbravaram os terrenos e construíram cidades maravilhosas, como Pato Branco. Minha mãe e meu pai, na época com sete filhos, sem conhecer nada, colocaram o que tinham em cima de um caminhão velho e começaram uma vida aqui (Entrevistada 5, grifo nosso).

O trabalho exercido pelas mulheres, ultrapassando a noção reducionista que as restringe ao cuidado doméstico, é mobilizado pela Entrevistada 2:

O pai morava na colônia, então *fomos nós, mulheres, que desbravamos a roça, que trabalhamos, serramos pinheiros...* carregamos uma bagagem muito pesada para sobreviver, todas trabalhávamos muito, no inverno, sofrendo. Não tinha sol quente, ou geadas, tudo tínhamos que enfrentar (Entrevistada 2, grifo nosso).

A Entrevistada 3, por seu turno, partilhou que viveu os últimos 60 anos com a mesma empregada, descendente de indígenas, mulher que ajudou a cuidar de seus filhos e netos. Eis um exemplo do trabalho exercido por mulheres negras e racializadas pelo sistema-mundo moderno-colonial em diferentes áreas e como o este representa a sustentação social e econômica de uma localidade com traços coloniais – contribuição por vezes apagada pela historiografia oficial, mas que deve ser revelada.

Romper, portanto, o pensamento epistêmico que inferioriza as mulheres a partir de relações coloniais e patriarcais de gênero, e que naturalizam a racialização de corpos, seres e saberes, é questionar ideais hegemônicos, bem como modelos de desenvolvimento como resultado da dominação colonial. Tal debate segue no próximo tópico.

ETNOGRAFIA DOCUMENTAL: O “DESENVOLVIMENTO” COMO DOMINAÇÃO DO HOMEM BRANCO

Colonos, desbravadores e pioneiros. Quem é quem na história oficial? Para tentar responder a essa pergunta que “suleou” este artigo até aqui, consideramos duas características da colonialidade: a violência e a desumanização de corpos e saberes. Como vimos, a perspectiva decolonial discutida por Quijano (2005) destaca que a classificação racial é produto da colonialidade, sendo diretamente ligada a discursos e práticas desumanas de progresso e desenvolvimento que, ao longo da História, basearam-se na exploração/dominação de corpos e saberes legitimados como “inferiores”.

Entre os exemplos da desumanização ligada a esse tipo de ideal desenvolvimentista estão as relações não salariais de trabalho e a escravização (Quijano, 2005) – o negro como mão de obra para a expansão territorial colonial preconizada pelo branco foi constituído, assim, como “a raça colonizada mais importante” (Quijano, 2005, p. 117) para o projeto desenvol-

vimentista colonial e moderno. Há, porém, outras reverberações desse processo, mais sutis, que constituem o passado e devem ser denunciadas no nosso presente. Afinal, nos diferentes momentos históricos e ciclos econômicos, a divisão racial do trabalho legítima ou subalterniza seres (e, nesse caso, dita quem é o pioneiro).

Para identificar como a categoria do pioneiro revela-se no imaginário social de forma reducionista, invisibilizando a diversidade do povoamento, também recorremos a jornais históricos da imprensa local de Pato Branco (PR), por meio da etnografia documental. Peirano (2014) observa que mesmo diante do empirismo – matéria-prima da etnografia e, portanto, da Antropologia – a busca metodológica deve ir muito além de dados mensuráveis. O que buscamos, aqui, são categorias que desencadeiam questionamentos. A etnografia, portanto, remete a “eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” (Peirano, 2014, p. 380).

Nesse sentido, a Entrevistada 2 conta que seu pai leu sobre o Paraná em um jornal impresso que circulava em Paim Filho, Rio Grande do Sul – e foi essa publicação que encorajou a mudança de Estado em 1929. “Esse jornal falava que essa região era uma *região de terra boa, um lugar para ter um futuro bom*” (Entrevistada 2, grifo nosso).

A partir disso, os fragmentos relacionais/documentais investigados não devem ser vistos como fatos sociais isolados, mas, sim, como fatos etnográficos (Peirano, 2014) e, portanto, fenomenológicos e culturais, pois a mensagem etnográfica (escrita ou iconográfica), apresenta descrições discursivas e valorativas de realidades histórico-sociais. Conforme avalia Nuno Godolphim (1995, p. 166),

[...] o que faz então o antropólogo: etnografia. Ele apresenta em forma de texto uma documentação minuciosa dos elementos e do contexto em que essa discursividade da realidade social se apresenta. Procura através de um texto escrito reproduzir um “texto vivido” de uma cultura estranha. Ora, estamos falando em fazer descrições de realidades complexas, com vários elementos, míticos, religiosos, políticos, estéticos que estão amarrados por uma discursividade comum, que é dada pela cultura da população estudada.

O primeiro texto, intitulado “Capital do Sudoeste no seu 19º aniversário”, foi publicado na edição nº 205 do jornal Correio do Sudoeste, em 14 de dezembro de 1971. O título também funciona, neste caso, como chamada de capa da edição. O parágrafo introdutório cita que a data é celebrada com orgulho, por representar a emancipação política do município. Em seguida, eis a referência direta ao pioneirismo, objeto da presente análise:

Inicialmente os *pioneiros agricultores* alojaram-se em toscas barracas. Aos poucos, foram se aclimatando no local e trabalharam firmes a terra fértil, tendo uma produtividade compensadora, embora lutassem contra as agruras do solo com instrumentos rudimentais (Correio do Sudoeste, 1971, p. 1, grifo nosso).

Além do uso de substantivos e pronomes masculinos para designar os pioneiros e agricultores, não há referência a pioneiras ou a agricultoras. O discurso é centrado na figura do homem, evidenciado no decorrer do texto que propõe citar momentos históricos da trajetória política e social da cidade. Para tanto, nomes dos pioneiros são citados, indicando o período de atuação de cada um: João dos Santos, 1912, um dos primeiros moradores; Francisco Índio D’América Lima, 1920, primeiro juiz de Paz; João Ribeiro, 1920, primeiro escrivão; Augusto Pastorello, 1947, primeiro subprefeito. Mulheres não são mencionadas.

Em seguida, os prefeitos diplomados até a data da publicação são citados, nominalmente, e reconhecidos como: “[...] *todos homens que lutaram*, muitas vezes agressivamente para poderem vencer as inúmeras dificuldades que surgiram nos *primeiros passos de Pato Branco*” (Correio do Sudoeste, 1971, p. 1, grifo nosso). Para finalizar o texto, além do prefeito da época, Alberto Cattani, e seu vice, João Juglair Junior, são apresentados, também nominalmente, os componentes dos principais cargos da administração municipal: são oito homens, nem uma mulher. Conforme o texto:

Uma equipe gabaritada, que com todo o desprendimento de si, não levando em considerações críticas que não tem nada de construtivo procuram o progresso e o desenvolvimento no campo e na cidade, elevando sempre mais a incontestável liderança de Pato Branco na Região do Sudoeste Paranaense (Correio do Sudoeste, 1971, p. 1).

Com o título “Pato Branco: 36 anos de desenvolvimento”, o segundo texto selecionado integra a 140ª edição do jornal Gazeta do Sudoeste, publicada em 16 de dezembro de 1988. Novamente o resgate histórico da cidade menciona a chegada de João dos Santos, em 1912, porém o que chama a atenção nos primeiros parágrafos é um novo substantivo, no plural: desbravadores. O texto prossegue citando o primeiro subprefeito, Augusto Pastorello, e também algumas famílias: Bortot, Peloso, Dalla Costa, Dalmolin, Conrado e Damasceno. Após a menção ao primeiro ciclo econômico da cidade, a erva-mate, outros nomes surgem: os engenheiros Carlos Coelho Júnior e Francisco Beltrão, este último, segundo o texto, teria dado o nome de Pato Branco à localidade.

O ponto alto do texto, todavia, desenrola-se na sequência, pois o enunciado propõe apresentar “os *pioneiros* que escreveram ou alinhavaram as páginas da história de Pato Branco” (Gazeta do Sudoeste, 1988, p. 6, grifo nosso). Embora parte da página tenha sido extraída da edição, é possível identificar que entre os mais de 20 nomes destacados, nem um refere-se a alguma mulher. Ao reconhecer que não é possível citar a todos, o texto anuncia que há “[...] tantos outros *heróis* que construíram para nós, a Capital do Sudoeste” (Gazeta do Sudoeste, 1988, p. 6, grifo nosso). Nesse sentido, ainda, a conclusão do texto traz o seguinte trecho:

Aos nossos *primeiros colonizadores*, a reverência e a gratidão, nas pessoas de seus *seguidores, filhos, netos*, que ainda hoje seguem o exemplo de que somente com o trabalho contínuo é que se consegue levar avante as bandeiras desfraldadas pelos *heróis que acreditaram* no potencial de realização de Pato Branco, célula fundamental no organismo paranaense (Gazeta do Sudoeste, 1988, p. 6, grifo nosso).

Novamente, além de não citar nem uma personalidade feminina, as terminologias usadas a partir de substantivos e pronomes masculinos reforçam as noções de construção e reprodução de sentido sustentadas por colonialidades hegemônicas e patriarcais – o homem, aqui, tem seus seguidores: filhos e netos para preservar e continuar o seu legado. Ainda aqui, outro termo aparece e deve ser contextualizado: o colonizador. Para dialogar com a perspectiva da época, o texto intitulado “Colono”, assinado por “CêJotaErre” e publicado na 242ª edição do jornal Correio do Sudoeste, em 29 de julho de 1972, traz a seguinte percepção:

Colono

Curvado sobre a terra, às vezes suando sob um sol abrasador ou tiritando de frio nas madrugadas de inverno, sempre você pode encontrá-lo. E, sem saber muitas coisas, sem saber que existe linguagem de comunicação com o mundo além daquela por ele usada, *ele*

trabalha. Mas, enganados estão vocês se pensam que ele trabalha apenas para a mulher e seus filhos, enganados estão vocês se pensam que ele é escravo! Ele dá, na sua humildade, a última força, ele confia, ele tem uma capacidade prodigiosa de amar e sua esperança ainda é pura. E, para alimentar esta esperança ele trabalha, trabalham seus filhos ainda meninos, trabalha sua esposa [...] (Correio do Sudoeste, 1972, grifo nosso).

Há a figura do homem que trabalha, como o texto apresenta e repete, e que não trabalha apenas para a família; esta que também é citada, uma vez que os filhos meninos e a esposa também respondem pela labuta, mas de forma secundária. O protagonista é o homem, colono, que possui uma “capacidade prodigiosa de amar” e denota uma “esperança ainda pura”. Reitera-se o discurso social vigente na época, que cristaliza a imagem simbólica do homem na condição de provedor da sociedade e da família, em que a figura da mulher, quando não é invisibilizada, aparece como “a esposa”.

O quarto e último texto aqui analisado tem o título “Pato Branco: uma história de séculos” e foi publicado na 318ª edição do jornal Gazeta do Sudoeste, de 14 de dezembro de 1991, para celebrar o aniversário de 39 anos da cidade. Também apresenta momentos históricos do município e termos como “desbravadores” e “pioneiros”. Aliás, o jornal alega citar o primeiro grupo de pioneiros do município, que teria chegado à localidade em 1919 – novamente, sem mencionar mulheres pioneiras e migrantes:

João Damasceno, Miguel Conrado, Francisco Índio da América Lima, Pacífico Pinto de Lima, Inácio Galvão, João Macário dos Santos, Manoel Loureiro Sampaio, Quintiliano Bueno, a família dos Venâncios e muitos outros que foram chegando em seguida, atraídos pela potencialidade da região (Gazeta do Sudoeste, 1991, p. 8).

Adiante, o texto também cita o primeiro juiz, João Ribeiro, o escrivão Pedro José da Silva e o subdelegado Pacífico Pinto. Diferente dos demais textos aqui apresentados, no entanto, este é o primeiro que faz referência direta a uma mulher: Matilde Chames, a primeira professora da localidade, contudo a construção enunciativa com que a informação é apresentada deve ser observada:

A história de Pato Branco *também* reserva espaço *relevante* para a *primeira professora, Dona Matilde Chames*, que ensinou o caminho das primeiras letras. Ao mesmo tempo, começaram a chegar *médicos, farmacêuticos, dentistas e outros profissionais*. Isso lá por 1935, quando o Bispo de Ponta Grossa, Dom Antonio Mazzarotto visitou Villa Nova e solicitou a presença da Igreja (Gazeta do Sudoeste, 1991, p. 8, grifo nosso).

Segundo o jornal, Matilde Chames também tem um espaço relevante na história da cidade, mas rapidamente a atenção do texto volta-se para outras categorias profissionais, todas apresentadas como substantivos neutros ou masculinos. O que chama a atenção, porém, é que, entre farmacêuticos, dentistas e médicos, os “professores” não são citados. Seria pelo fato de que esta era uma profissão majoritariamente feminina para o contexto da época? Ou não existiam médicas ou farmacêuticas? Questiona-se, portanto, se o uso das terminologias masculinas representa uma postura de neutralidade ou, na verdade, reproduz ideais identitários da construção social de gênero e da legitimação dos espaços sociais ocupados, ou não, pelas mulheres. A Entrevistada 6 nos ajuda a compreender a lógica colonial e patriarcal que conduzia as relações de gênero e poder no período histórico narrado pelo jornal:

Tinha que ir a Porto Alegre para continuar os estudos. A gente [mulheres] não podíamos ir, aí iam os filhos [homens]. Todos os meus irmãos foram estudar, e foram estudar para serem médicos e engenheiros. Era assim, antigamente só mandavam os filhos homens. As mulheres ficavam. Eu aprendi tudo diferente, aprendi a fazer sorvete, bolo, a costurar, tricô, crochê. Se desse para estudar, eu teria estudado (Entrevistada 6).

A Entrevistada 7, por sua vez, conta que ela e sua irmã não seguiram os estudos. Os irmãos homens, sim, continuaram frequentando a escola. *“Nunca reclamei, diziam que as mulheres não precisavam estudar, somente os homens, porque as mulheres ficavam em casa, cuidando dos filhos e na roça. A gente achava que era assim”* (Entrevistada 7).

Após reconhecer a valoração social presente na figura do “pioneiro”, como o homem branco, é possível voltarmos à elaboração conceitual e analítica sobre a dominação do poder, do saber e do ser, proposta pela perspectiva decolonial. A colonialidade do poder, associada ao eurocentrismo, também refletiu na apropriação dos corpos para a exploração da concepção de desenvolvimento baseada na dominação de mulheres, negros e indígenas. Quijano (2005) menciona as relações sexuais de dominação, em que o lugar das mulheres também foi classificado pela raça e estereótipos de poder. Para Lugones (2008), a colonialidade também instituiu o gênero, que não pode ser encarado como fenômeno biológico. A partir disso, a autora evoca o debate para interseccionalidades de gênero, raça e classe, como sendo a saída epistêmica e de reexistência para enfrentar o padrão de poder capitalista e eurocentrado que subalterniza as mulheres.

Para vislumbrar saídas diante das imposições coloniais e modernas, a práxis decolonial lança pistas e nos guia para saídas emancipatórias – que por vezes também denotam o caráter político. Uma delas é a transmodernidade, conceito proposto por Dussel (2005), em que o autor alega que a razão moderna deve transcender a visão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista e hegemônica. Logo, a transmodernidade seria um projeto de libertação, que buscaria alcançar o que foi impossível para a modernidade: a solidariedade baseada na alteridade dos seres (Dussel, 2005).

Logo, este artigo compreende que a categoria do pioneiro, ao mesmo tempo que deve ser olhada com suas especificidades, perante a ótica da pluralidade, não deve dividir ou inferiorizar seres e saberes. Se essa divisão, até aqui, instituiu injustiças que subalternizaram alguns em detrimento de outros, que essa lógica passe a ser transmoderna, em que negros, indígenas, caboclos e mulheres, que atuaram e contribuíram para o processo de ocupação dos territórios, local e regional, entre os séculos 19 e 20, sejam reconhecidos e incorporados a tal protagonismo histórico, trazendo à tona invisibilidades e violências do passado e do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para a colonização do Paraná entre os séculos 19 e 20, veremos que o sujeito branco e europeu teve o acesso à terra, ato simbólico valorativo que o colocou na condição de pioneirismo. Nesse processo, outros sujeitos foram reconhecidos como “não seres” ou “não pioneiros”, uma vez que seus territórios, ditos como “vazios” ou de “passagem”, eram o oposto do território do imigrante ou migrante europeu. Ao trabalho dele e de sua família seriam atribuídos os avanços oriundos do mito do progresso. Aos outros, o trabalho seria invisibilizado, quase sempre associado ao retrocesso e à servidão.

Fanon (2005) já nos alertava que a história é “feita” por quem coloniza. Este artigo buscou refletir sobre a historiografia regional do Sudoeste do Paraná no que se refere a sujeitos legitimados e subjugados. Assim, ao retomar pontos-chave da criticidade proposta pela perspectiva decolonial, associada à crítica à categoria de pioneiro, buscou-se elucidar a potência do debate voltado à relação entre modernidade/colonialidade a partir da América Latina. Nesse sentido, as(os) autoras(es) aqui elencadas(os) buscaram romper com a violência que acompanha práticas coloniais e, infelizmente, ainda destitui muitos sujeitos da condição de fala ou de emancipação – social, acadêmica e política. Aqui, também nos referimos às mulheres e ao protagonismo que lhes cabe por direito.

Nesse sentido, o artigo mobilizou a relação entre memória oral, por meio de entrevistas etnográficas, associando narrativas de mulheres migrantes-pioneiras a discursos oficiais reproduzidos por jornais históricos, por meio de uma análise discursiva, documental e etnográfica. Assim, a teoria entrecruzou-se a histórias de vida de mulheres que viveram o movimento migratório aqui situado, demonstrando também o papel da imprensa local na legitimação de discursos patriarcais, coloniais e racializados.

O apagamento da contribuição das mulheres – brancas e negras – na historiografia oficial fica evidente, tanto nos trechos analisados dos jornais históricos quando nas narrativas evocadas pela memória oral das entrevistadas. Tais evidências sedimentam as problemáticas questionadas por este estudo e enaltecem a importância do debate aqui proposto, em busca da descolonização de narrativas e da memória. Com isso, percebe-se que o ser subjugado também atua na invisibilização de outros seres, seja atuando diretamente para que esse sistema seja perpetuado, ou reproduzindo discursos que emudecem a existência do outro.

Evocar questões locais e contemporâneas, tecidas em uma história recente e, a partir desse olhar, reconhecer seres subjugados, silenciados e desumanizados, significa resistir. Tal postura permite-nos reencontrar vozes e sonhos que mantêm lutas contra a marginalidade, a discriminação e a desigualdade de seres e saberes – quebrando mitos que encobrem violências atuais e históricas. Descolonizar, portanto, ainda é preciso, especialmente para reescrever mal-entendidos históricos. Um deles é encarar a pluralidade e as invisibilidades do pioneirismo. Que saibamos valorizar os pioneirismos históricos em suas diversidades de gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, G. Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. In: bell hooks *et al.* (org.). *Otras inapropiables*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 71-80.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. San Francisco: Spinsters: Aunt Lute, 1987.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- CORONA, H. P. *A resistência inovadora: a pluriatividade no Sudoeste do Paraná*. 1999. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999, 231 p.
- CORREIO DO SUDOESTE. *Capital do Sudoeste no seu 19º aniversário*. Edição nº 205, 14 dez. 1971.
- CORREIO DO SUDOESTE. *Colono*. Edição nº 242, 29 jul. 1972.

- CORREIO DO SUDOESTE. 1492. El encobrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz, Bolivia: Plural Editores: Centro de Información para el Desarrollo (CID), 1994.
- CORREIO DO SUDOESTE. *Pato Branco*: 36 anos de desenvolvimento. Edição nº 140, 16 dez. 1988.
- CORREIO DO SUDOESTE. *Pato Branco*: uma história de séculos. Edição nº 318, 14 dez. 1991.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*, organizado por Edgardo Lander, 24-34. Buenos Aires, Argentina, 2005.
- ESCOBAR, A. *Territorios de diferencia: Lugares, movimientos, vida, redes*. Bogotá: Envión Editores, 2010.
- FANON, F. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FEDERICI, S. *Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Elefante, 2023.
- FEDERICI, S. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.
- GOMES, I. Z. 1957: a Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- IURCKEVICZ, C. *Comunidade ucraniana de Alto Paraíso: permanências e mudanças no processo de reprodução social*. 2018. 126 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.
- KOLING, P. J. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná: a Revolta de 1957. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan U. (org.). *Paraná insurgente: história e lutas sociais – secs. XVIII a XXI*. 1 ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018. p. 137-154.
- LAMB, R. E. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná (1876-1882)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, 2008. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.340>
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>
- MARTINS, R. S. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.
- MIGNOLO, W. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *Revista de Filosofía*, n. 74, p. 7-23, 2013.
- NOGUEIRA, C. E. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, n. 2, p. 315-335, 2012. DOI: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v5i2.292>
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, L. F. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- PIAIA, E. *Territorialidades acionadas pelo saber-fazer artesanal de mulheres Kaingang da terra indígena Manguaerinha*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.
- PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: EDUEM, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.
- SANTOS, B. S. *Epistemologias del Sur*. México: Siglo XXI, 2010.

SANTOS, R. A. *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná*. 246 p. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEGATO, R. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 1: origens de Pato Branco*. 2. ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

WALLERSTEIN, I. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

Autor Correspondente

Jozieli Cardenal

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional.

Via do Conhecimento, s/n – KM 01 – Fraron, Pato Branco/PR, Brasil. CEP 85503-390

jozieli@alunos.utfpr.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

